



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS
Rua São Bento, 380- 7º andar – Centro – São Paulo – PABX: 3241-5822 Ramais 1132/1133

TERMO DE CONTRATO

PROCESSO SELT Nº. 0381/2009

CONTRATO Nº. 045/2009

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO E A EMPRESA **WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS LTDA- EPP.**, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PORTARIA E EDIFÍCIOS NO CONJUNTO DESPORTIVO "BABY BARIONI"

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2009, nesta cidade de São Paulo, compareceram de um lado o ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 47.173.729/0002-04, com sede nesta capital na Rua São Bento, 380 7º - Centro, São Paulo-SP, neste ato representado pelo Senhor **NELSON GIL DE OLIVEIRA**, portador do RG nº. 2.994.189, e CPF/MF nº. 107.849.008-25, no uso da competência conferida pelo Decreto nº 51.464/2007, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS LTDA- EPP.**, com sede na Praça das Dracenas, nº 78 sala 1-B – Alphaville, São Paulo inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 56.419.492/0001-09, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu procurador o Senhor **VALDECIR MANOEL DA SILVA**, Procurador, RG nº. 17.532.197-8 e CPF. nº. 027.075.398-21, e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da adjudicação efetuada na Licitação Pregão nº 032/2009, pelo presente instrumento avençam um contrato de prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portaria e edifícios, nos termos da Lei n.º 7.102, de 20/06/83, alterada pelas Leis n.ºs 8.863, de 28/03/94 e 9.017, de 30/03/95, regulamentada pelos Decretos n.ºs 89.056, de 24/11/83 e 1.592, de 10/08/95, bem como pela Por-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS
Rua São Bento, 380- 7º andar – Centro – São Paulo – PABX: 3241-5822 Ramais 1132/1133

taria DPF n.º 387/2006, de 28/08/06, Portaria PF 355/07 de 20/08/07 e Portaria DPF n.º. 891, de 12/08/99, Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/02, do Decreto n.º 47.297, de 06/11/02, da Resolução SELT 011, de 16 de maio de 2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, posteriores alterações e da Lei Estadual n.º 6.544/89, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** e com a efetiva cobertura dos postos designados, em imóveis utilizados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, na Unidade **Vila Olímpica Mário Covas** e de acordo e nas condições estabelecidas pelo Projeto Básico, Edital de Licitação Pregão n.º. 032/2009, proposta da **CONTRATADA** e demais documentos constantes do Processo SELT n.º 0381/2009

1.1 - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e qualidade requeridas.

1.2 - O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

1.3 - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1 - O objeto deste contrato deverá ser executado no seguinte local:

- **Conjunto Desportivo “Baby Barloni”**; Rua Germaine Burchard, 451 – Água Branca – São Paulo – SP.

Correndo por conta da **CONTRATADA** as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto, em conformidade com o estabelecido no Projeto Básico - Anexo I do Edital da licitação indicada no preâmbulo deste instrumento.

2



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE

1 - A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, pelos valores unitários constantes de sua proposta comercial, nos locais e na forma abaixo indicada, nos quais estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza:

LOTE	LOCAL(S)	QUANT. POSTOS	HORÁRIO	FREQ.
2	C.D.B.B.	02	12 horas diárias Diurnas	Segunda a Domingo
		03	24 horas diárias Diurnas	Segunda a Domingo

2 - Conforme legislação vigente e, em especial o estabelecido no Decreto Estadual n.º 48.326, de 12 de dezembro de 2003, os preços unitários mensais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação das normas de orientação, previstas na Resolução CC 79, de 12 de dezembro de 2003 e Resolução CC-77, de 10 de novembro de 2004, conforme fórmula paramétrica abaixo especificada:

$$R = P_o . [(\frac{IPC}{IPCo}) - 1]$$

IPCo

Onde:

R = parcela do reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE – Índice de Preço ao Consumidor, ocorrido entre o mês de referência dos preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

3 - A periodicidade de que trata o item "1" será contada a partir de Fevereiro de 2009, que é o mês de referência dos preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA E DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. Para fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA prestou garantia na modalidade Seguro Fiança no valor de R\$ 8.099,55 (oito mil, noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor da contratação, em conformidade com o artigo 56 da Lei Federal nº. 8.666/93.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS
Rua São Bento, 380- 7º andar – Centro – São Paulo – PABX: 3241-5822 Ramais 1132/1133

1.1. A garantia prestada deverá vigorar por prazo igual ao de vigência deste Contrato, sendo que, em caso de alteração contratual, a **CONTRATADA** deverá promover a complementação do respectivo valor, bem como de sua validade, se for o caso, de modo a que o valor da garantia corresponda a o valor fixado no Item "1", facultada a substituição por quaisquer das outras modalidades elencadas no §1º do artigo 56, da Lei Federal n.º 8.666/93.

1.2. A **CONTRATANTE** fica, desde já, autorizada pela **CONTRATADA** a promover perante a entidade responsável pela garantia, o levantamento de valor devido em decorrência de aplicação de penalidade de multa, na hipótese de não existir pagamento pendente em valor suficiente para quitar o débito, nos termos do subitem 1.2 da cláusula décima quinta deste contrato.

1.3. Verificada a hipótese do subitem 1.2, e não rescindindo o contrato, a **CONTRATADA** fica obrigada a proceder o reforço da garantia, no valor correspondente ao levantamento feito, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recepção da notificação do respectivo abatimento, sob pena de suspensão dos pagamentos subsequentes.

1.4. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o artigo 56, §4º, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

1. O contrato terá vigência de 15 (quinze) meses, contados a partir da data da assinatura, com início em 05/11/2009 e término em 04/02/2011.

1.1 - O prazo mencionado no item "1" poderá ser prorrogado por igual(is) e sucessivo(s) período(s), a critério da **CONTRATANTE**, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

1.2 - A **CONTRATADA** poderá se opor à prorrogação de que trata o item anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pela **CONTRATANTE** em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

1.3 - Não obstante o prazo estipulado no item "1", a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do pacto, estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

1.4 - Ocorrendo a resolução do contrato com base na condição estipulada Item anterior, a **CONTRATADA** não terá direito a qualquer espécie de indenização.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS
Rua São Bento, 380- 7º andar – Centro – São Paulo – PABX: 3241-5822 Ramais 1132/1133

1.5 - A não prorrogação contratual por razões de conveniência da Administração não gerará à **CONTRATADA** direito a qualquer espécie de indenização.

1.6 - As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal n.º 8.666/1993.

1.7 - A execução dos serviços deverá ter início em até 2 (dois) dias, a contar da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS

1 - O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 269.983,00 (duzentos e sessenta e nove mil e novecentos e oitenta e tres reais)** sendo R\$ 33.703,87 (trinta e tres mil, setecentos e tres reais e oitenta e sete centavos) referente ao exercício de 2009, R\$ 215.823,04 referente ao exercício de 2010. e R\$ 19.273,50 referente ao exercício de 2011.

1.1 - A despesa decorrente do presente contrato, no presente exercício onerará a Unidade Gestora: 41.01.03 – Coordenadoria de Esporte e Lazer, PTRES 410130 – Gestão de InfraEstrutura e Suprimentos, PT 27.122.4107.5854.0000, Fonte de Recurso– 001.001.001, Natureza da Despesa 339037.95, devendo o restante onerar recursos orçamentários futuros, se efetivamente consignados valores a esse título.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

1 - À **CONTRATADA**, além das obrigações estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federais e estaduais sobre licitações, cabe:

1.1 Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, os respectivos postos relacionados na "Tabela de Locais" e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Contratante.

1.2 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

1.3 Disponibilizar empregados em quantidade necessária que irão prestar serviços, uniformizados e portando crachá com foto recente e devidamente registrada em sua carteira de trabalho;

1.4 Fornecer empregados qualificados em serviços de controle, operação e fiscalização de portarias, equipamentos de proteção, preenchimento de fichas e relatórios de atividade-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS
Rua São Bento, 380- 7º andar – Centro – São Paulo – PABX: 3241-5822 Ramais 1132/1133

des e ocorrências, controle de veículos e pessoas, com experiência mínima de 1 (um) ano na função;

1.5 Fornecer empregados com instrução mínima de primeiro grau ou equivalente, comprovado por escola reconhecida;

1.6 Fornecer mão-de-obra com aparência e porte adequados ao desenvolvimento dos trabalhos, bem como orientar os funcionários que estes assumam diariamente os postos devidamente uniformizados, portando crachás com fotografia recente, e com aparência pessoal adequada;

1.7 Tomar as providências relativas aos treinamentos necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;

1.8 Efetuar a reposição da mão-de-obra nos postos, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

1.9 Manter controle de frequência/pontualidade, de seus empregados, sob contrato;

1.10 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação da Contratante, sem ônus para os empregados;

1.11 Disponibilizar empregados em quantidade necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

1.12 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido no posto ou quaisquer outras instalações da Contratante.

1.13 Atender, de imediato, as solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

1.14 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos postos;

1.15 Apresentar quando solicitado os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos;

1.16 Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale refeição aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços, sendo que o valor facial do vale refeição deverá ser compatível com os preços médios das refeições praticados na região.



1.18 Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

1 - À **CONTRATANTE**, cabe:

1.1 Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada;

1.2 Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;

1.3 Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual.

1.4 Expedir Autorização de Serviços, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de início da execução dos mesmos;

1.5 Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas.

1.6 Indicar instalações sanitárias;

1.7 Indicar vestiários com armários guarda-roupas

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

1 - O objeto deste contrato, em cada uma de suas parcelas mensais, será recebido provisoriamente, em até 2 (dois) dias úteis, contados da data de recepção pela Administração do relatório de execução dos serviços do mês, acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços, de acordo com o estabelecido no *Item "1"* da cláusula décima primeira deste instrumento.

1.1 - Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a **CONTRATADA** deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a prestação.

1.2 - Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



1.3 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, atestado ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

1 - Após o término de cada período mensal, a **CONTRATADA** elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais dos serviços efetivamente realizados.

1.1 - As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

1.1.1 - No primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a **CONTRATADA** entregará relatório, de acordo com o local, contendo os quantitativos totais mensais dos serviços realizados e os respectivos valores apurados.

1.1.2 - A **CONTRATANTE** solicitará à **CONTRATADA**, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

1.1.3 - Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:

1.1.3.1 O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pela **CONTRATANTE** por motivos imputáveis à **CONTRATADA**.

1.1.3.2 - A realização dos descontos indicados no subitem "1.1.3.1" não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA**, por conta da não execução dos serviços.

2. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a **CONTRATANTE** atestará a medição mensal, comunicando à **CONTRATADA**, no prazo 03 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

2.1 – A fatura deverá ser emitida pela **CONTRATADA**, contra a **CONTRATANTE**, e apresentada, na unidade nas quais os serviços foram executados.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão-de-obra alocada para esse fim.

2. Por ocasião da apresentação à **CONTRATANTE** da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a **CONTRATADA** deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.

2.1 - As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e à mão-de-obra alocada para esse fim. Tal comprovação poderá ser apresentada por um dos seguintes meios:

2.1.1- meio magnético, gerado pelo SEFIP (programa validador Sistema Empresa de Recolhimento ao FGTS e Informações à Previdência Social);

2.1.2- cópia autenticada da GFIP pré emitida, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

2.1.3 - cópia autenticada da 2ª via do formulário impresso da GFIP. Deverá ser apresentada ainda, cópia autenticada do comprovante de entrega de GFIP contendo o carimbo CIEF - Cadastro de Inscrição de Entidades Financeiras, com os dados do receptor (nome, agência e data de entrega) e autenticação mecânica;

2.2 - A comprovação de recolhimento do ISSQN deverá estar referida ao município que a prestação do serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº. 116, de 31.07.03.

2.2.1 - Conforme Lei Municipal de São Paulo, de nº. 13.476, de 30/12/2002, em especial no seu artigo 5º, inciso VIII, bem como do Decreto Municipal de São Paulo, nº. 42.836, de 07/02/2003, a **CONTRATANTE**, na qualidade de responsável tributária, deverá reter a quantia correspondente a 2% (dois por cento) do valor da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada pela **CONTRATADA**.

2.2.1.1- O recolhimento da importância retida será efetuado:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS
Rua São Bento, 380- 7º andar – Centro – São Paulo – PABX: 3241-5822 Ramais 1132/1133

2.2.1.1.1- até o dia 10 (dez) do mês subsequente aos serviços prestados, tomados ou intermediados de terceiros, caso o **CONTRATANTE** seja órgão da administração indireta;

2.2.1.1.2 - até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao do pagamento, caso o **CONTRATANTE** seja órgão da administração pública direta.

2.2.1.2 - Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS". Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

2.2.2 - Nos Municípios onde não há legislação municipal determinando a retenção da quantia referente ao ISSQN pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

2.2.2.1 - declaração da Prefeitura com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

2.2.2.2 - comprovante do recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou do documento de cobrança equivalente.

2.3 - Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS e do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

2.4 - A não apresentação dessas comprovações assegura à **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

3. Nos termos do artigo 31 da Lei nº. 8212, de 24.07.91, alterado pela Lei nº. 9711, de 20.11.98, e Instrução Normativa MPS/SRP nº 03 de 14 de julho de 2005, a **CONTRATANTE** reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente; obrigando-se a recolher em nome da **CONTRATADA**, a importância retida até o dia dois do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou o próximo dia útil, caso esse não o seja.

10



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS
Rua São Bento, 380- 7º andar – Centro – São Paulo – PABX: 3241-5822 Ramais 1132/1133

3.1 - Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL".

3.1.1 Poderão ser deduzidos da base de cálculos da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela **CONTRATADA** a título de vale-transporte e de vale refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento de cobrança.

3.1.2 A falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança, impossibilitará a **CONTRATADA** a efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério da **CONTRATANTE** proceder à retenção / recolhimentos devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança ou devolvê-lo(s) à **CONTRATADA**.

3.2. A **CONTRATANTE** emitirá uma GPS - Guia da Previdência Social específica para cada **CONTRATADA**. (por local da prestação de serviços). Na hipótese de emissão no mesmo mês, de mais de um documento de cobrança pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** se reserva o direito de consolidar o recolhimento dos valores retidos em uma Única Guia, por local da prestação de serviços.

3.3 Quando da apresentação do(s) documento(s) de cobrança, a **CONTRATADA** deverá elaborar e entregar à **CONTRATANTE** cópia da:

3.3.1 Folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:

3.3.3.1 Nome dos segurados;

3.3.3.2 Cargo ou função;

3.3.3.3 Remuneração, discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;

3.3.3.4 Descontos legais;

3.3.3.5 - Quantidade de quotas e valor pago a título de salário-família;

3.3.3.6 Totalização por rubrica e geral;

3.3.3.7 - Resumo geral consolidado da folha de pagamento; e

3.3.2 Demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado por **CONTRATANTE**, com as seguintes informações:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS
Rua São Bento, 380- 7º andar – Centro – São Paulo – PABX: 3241-5822 Ramais 1132/1133

3.3.2.1 Nome e CNPJ da **CONTRATANTE**;

3.3.2.2 Data de emissão do documento de cobrança;

3.3.2.3 Número do documento de cobrança;

3.3.2.4 Valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança.

3.3.2.5 Totalização dos valores e sua consolidação.

3.3.3 Os documentos solicitados nos subitens "3.3.1" e "3.3.2" deverão ser entregues à **CONTRATANTE** na mesma oportunidade da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente.

4. Para efeito de pagamento, caso a **CONTRATADA** encaminhará, a cada Unidade em que os serviços forem prestados, após cada período mensal de prestação dos serviços, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório dos serviços prestados no período a que o pagamento se referir.

5. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias (Decretos nº. 32.117, de 10/08/1990, e nº. 43.914, de 26/03/1999), contado da data de entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão indicado no subitem 4 supra e à *vista do recebimento definitivo*, de que trata o subitem 1.3 da Cláusula Nona, além da comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS).

6. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 5 supra, começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

7. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da **CONTRATADA** no Banco Nossa Caixa S/A, conta nº. 04.000335-3 Agência nº. 1320-0.

8. Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº. 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "*pro rata tempore*", em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1 - Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à **CONTRATANTE** é reservado o direito de, sem que de qualquer



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS
Rua São Bento, 380- 7º andar – Centro – São Paulo – PABX: 3241-5822 Ramais 1132/1133

forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

1.1 - ter livre acesso ao local de execução dos serviços;

1.2 - exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também:

1.2.1 - Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela **CONTRATADA**, efetivando avaliação periódica.

2 - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

3 - Executar mensalmente a medição dos serviços pela área mensal contratual, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

1 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato;

1.1 - Eventual alteração será formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente Contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1 - Não será admitida a subcontratação parcial e/ou total ou parcial do objeto deste contrato, pela **CONTRATADA**, bem como sua cessão ou transferência, total ou parcial.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002.

1.1 - A sanção de que trata o item "1" poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SELT 011, de 16 de maio de 2007, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e registrada no CADFOR e em outros sistemas mantidos por Autarquia.

1.2 - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar, do valor das faturas, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

1.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

1. – Se a **CONTRATADA** inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93, artigos 80 e 81 da Lei Estadual 6.544/89, de acordo com o estipulado na Resolução SELT nº 11 de 16 de maio de 2007, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

1. O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93; artigos 75 à 82 da Lei Estadual n.º 6.544/89.

1.1 – A **CONTRATADA** reconhece, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** nos casos de rescisão Administrativa prevista no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 77 da Lei n.º 6.544/89.

1.2



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

1 – Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

1.1 - o Edital de Pregão nº. 032/2009 e seus anexos;

1.2 - a Proposta apresentada pela CONTRATADA;

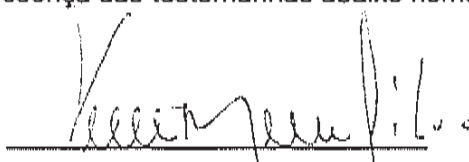
1.3 - a Resolução SELT 011, de 16 de maio de 2007;

2 - Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Estadual 6.544/89, da Lei Federal 8.666/93 e as normas regulamentares.

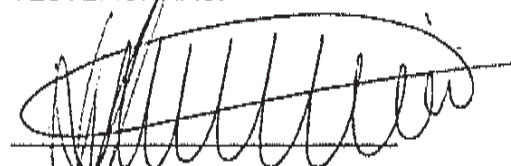
3 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

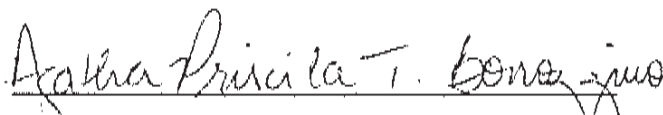
E assim, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e valor, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.


NELSON GIL DE OLIVEIRA
CONTRATANTE


VALDECIR MANOEL DA SILVA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


ILDA NASCIMENTO DA SILVA
R.G. nº. 8.589.246


AGATHA PRISCILA DE TOLEDO BORROZZINO
R.G. Nº 32.194.034-9